

A comunicação socioambiental em situações de risco para a implantação de empreendimentos lineares

Cristiane Holanda Moraes Paschoin

Mestranda em Comunicação Social da UMESP

E-mail: cholanda01@hotmail.com

José Luis Ridente Junior

Doutor em Geociências e Meio Ambiente pela UNESP

E-mail: jlridente@gmail.com

A comunicação socioambiental em empreendimentos lineares (rodovias, ferrovias, dutos etc.) geralmente está prevista de acordo com o processo de licenciamento ambiental para a implantação desses empreendimentos. Adotada para proporcionar uma melhor qualidade socioambiental do empreendimento e o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e social com a conservação do meio ambiente. Nesse sentido, a implantação de empreendimentos lineares gera impactos no meio ambiente e na sociedade como um todo, pois, além de alterar as características físicas e biológicas da região, pode vir a interferir significativamente no cotidiano das pessoas. Este artigo pretende analisar a importância da comunicação socioambiental no gerenciamento de riscos de grandes empreendimentos, baseando-se na experiência e prática de grandes empresas que, de alguma maneira, afetam a vida das pessoas. Essa comunicação desempenha um papel fundamental, que vai além das informações sobre o empreendimento.

Palavras-chave: Comunicação socioambiental; Gerenciamento de riscos; Riscos lineares.

The environmental communication in risk situations to the deployment of linear projects

The environmental communication in linear projects (highways, railways, pipelines etc.) generally is expected according to the environmental licensing process for the implementation of these projects. Adopted to provide better environmental quality of the project and the balance between economic and social development with environmental conservation. In this sense, the implementation of linear developments generate impacts on the environment and society as a whole, as well as change the physical and biological characteristics of the region, could significantly interfere with people's daily lives. This article aims to analyze the importance of environmental communication of risk management of large enterprises, based on the experience and practice of large companies, which somehow affects people's lives. This communication plays a key role that goes beyond the information on the project.

Keywords: Environmental communication; Risks management; Linear risks.

La comunicación ambiental en situaciones de riesgo para el despliegue de proyectos lineales

La comunicación socioambiental en proyectos lineales (carreteras, ferrocarriles, oleoductos, etc.) por lo general está prevista de acuerdo con el proceso de permisología ambiental para la ejecución de estos proyectos. Adoptado para proporcionar una mejor calidad socioambiental del proyecto, el equilibrio entre el desarrollo económico y social con la conservación del medio ambiente. En este sentido, la aplicación de desarrollos lineales generan impactos sobre el medio ambiente y la sociedad en su conjunto, ya que además de cambiar las características físicas y biológicas de la región, podría interferir significativamente con la vida diaria de las personas. Este artículo tiene como objetivo analizar la importancia de la comunicación socioambiental, en la gestión de riesgos de grandes emprendimientos, basadas en la experiencia y la práctica de grandes empresas, que de alguna manera afectan la vida de las personas. Esta comunicación juega un papel clave que va más allá de la información sobre el proyecto.

Palabras clave: Comunicación, Medio Ambiente, Gestión, Riesgo, lineales.

Nas últimas décadas, o Brasil atravessou uma fase de desenvolvimento social e industrial com conseqüente crescimento econômico, quando foram implementados muitos projetos de infraestrutura e logística com o objetivo de melhorar o atendimento das demandas comerciais e sociais.

Os empreendimentos estão distribuídos por todo o país, no entanto, a maior parte dessas obras de infraestrutura está concentrada nas regiões Sul e Sudeste, em áreas densamente povoadas e que acabam por conviver com a realidade de grandes projetos no seu dia-a-dia.

Diante desse crescimento e com a perspectiva de exercer o controle prévio do uso dos recursos naturais, a legislação ambiental foi implementada no país para organizar o licenciamento e o gerenciamento ambiental de empreendimentos com potencial poluidor.

De acordo com a resolução CONAMA nº 001 de 23 de janeiro de 1986, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) definiu as atribuições e as responsabilidades, além de critérios e objetivos para a avaliação de impacto ambiental, em novos projetos, conforme preconiza a Política Nacional de Meio Ambiente, assim descrita:

“Artigo 1º - Para efeito desta Resolução, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

- I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- II - as atividades sociais e econômicas;
- III - a biota;
- IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;
- V - a qualidade dos recursos ambientais.”

O crescimento econômico brasileiro trouxe muitos benefícios, mas com o potencial de gerar muitos impactos significativos no meio ambiente e na sociedade. Somente após a criação e a aplicação da legislação ambiental, esses impactos puderam ser avaliados e mitigados, buscando compensar seus públicos atingidos. “Foi uma resposta às pressões crescentes da sociedade organizada para que os aspectos ambientais passassem a ser considerados na tomada de decisão sobre a implantação de projetos capazes de causar significativa degradação ambiental” (Dias e Sánchez, 2001, p.10).

Somente a partir da década de 1980 é que efetivamente pôde ser observada maior preocupação com as questões ambientais, devido às pressões exercidas pelos organismos multilaterais de financiamento para grandes projetos, conforme destacado por Omena e Santos (2008), pois nessa época o meio ambiente era visto como um entrave ao crescimento.

A sociedade civil, direta e indiretamente afetada por grandes projetos, co-

meçou a questionar a viabilidade dos empreendimentos. O processo de licenciamento ambiental “organizou” as discussões, permitindo que a sociedade civil fosse ouvida e, em alguns casos, atendida em seus anseios.

O Brasil é um dos poucos países que dispõe de um processo de licenciamento ambiental estruturado e exigente em comparação ao nível mundial. A primeira etapa do licenciamento ambiental prevê a entrega dos estudos de impactos ambientais e a realização de audiências públicas, para posterior parecer favorável, ou não, dos órgãos ambientais competentes. A segunda etapa do processo prevê a elaboração do Sistema de Gestão Ambiental - SGA, amparada na apresentação de programas ambientais detalhados no Plano Básico Ambiental - PBA.

Outra diferença importante entre um SGA e um EIA é que o plano de gestão ambiental decorrentes da preparação do EIA é dirigido às três principais etapas do ciclo de vida de um empreendimento (implantação, operação e desativação), ao passo que as medidas e os programas de gestão ambiental oriundos de um SGA costumam limitar-se à etapa de operação (Sánchez, 2008, p. 334).

Nessa perspectiva, são construídos os componentes de um Sistema de Gestão Ambiental, no sentido de propor ações mitigadoras, que visam reduzir os impactos negativos de um empreendimento. O objetivo é propor e detalhar as medidas preventivas para evitar que os impactos ocorram ou para reduzir sua magnitude.

No caso da construção de grandes empreendimentos lineares, temos exemplos concretos em que os impactos, levantados no estudo de impacto ambiental – EIA, são tratados com propostas de mitigação no sistema de gestão ambiental que é apresentado no plano básico ambiental – PBA, pois diferentes ambientes e condições, além de populações, podem ser atravessadas por esses empreendimentos.

Os Planos Básicos podem preconizar, dependendo do ambiente e das condições, a realização do Programa de Comunicação Social (PCS) como medida de mitigação de impacto durante a fase de execução de suas obras. O PCS desempenha o papel de divulgar o projeto, informando o cronograma da obra e suas fases de construção às populações diretamente afetadas pelo empreendimento ou demais públicos de interesse. Desse modo, estabelece vínculo com esses públicos impactados e zela pela imagem da empresa.

Normalmente, nos estudos ambientais são previstos os Programas de Comunicação Social Prévia e Comunicação Social durante a obra, ambos com funções quase similares de divulgação do projeto a todos os públicos direta e indiretamente afetados pelo empreendimento.

O Programa de Comunicação Social Prévia tem a função de informar sobre as características do empreendimento, área de abrangência e localização, bem

como levantar as dúvidas e inquietações das populações do entorno, principalmente com relação à desapropriação ou ao reassentamento, entre muitos outros assuntos. Esse Programa só pode ser finalizado após a emissão da licença ambiental prévia do empreendimento, quando o órgão licenciador autoriza a execução do projeto, criando, por vezes, diversas condicionantes para sua realização.

Já o Programa de Comunicação Social durante a construção tem funções específicas, como por exemplo, comunicar os impactos e riscos do projeto durante toda a execução da obra, além de continuar a comunicação e esclarecimentos da fase preliminar. Nesse sentido, são elaborados levantamentos e identificação de stakeholders (partes interessadas), além de projetos específicos e executivos de comunicação, demonstrando quem são os públicos e quais os melhores canais de comunicação para atingi-los.

Com o objetivo de desenvolver processos de mobilização, articulação e participação para consultar e informar as comunidades sobre os aspectos relacionados ao projeto, suas implicações socioambientais e sua importância econômica, os PCSs também devem ter como objetivo a construção de uma conexão permanente entre o empreendedor e as comunidades impactadas. Isso visa reduzir possíveis conflitos e problemas relacionados à implantação e operação do referido empreendimento. Como observou Smith, a comunicação socioambiental tem uma função primordial diante das crises ambientais:

A maneira pela qual as pessoas comunicam sobre o ambiente natural modela a relação homem-natureza e por consequência os respectivos impactos humanos. Os postulados centrais desse campo teórico apontam para os diferentes papéis da comunicação, que incluem a capacidade de construir, produzir e naturalizar as relações com a natureza (Smith, 2012, p. 8).

Os PCSs, constantes nos PBAs em geral, são apontados como programas de “apoio” às demais áreas da obra e têm relação direta com todos os outros programas ambientais.

Nos empreendimentos lineares, essa prática de comunicação socioambiental voltada ao gerenciamento de riscos tem sido constante, variando de acordo com as características particulares de cada empreendimento, seja na implementação ou na operação.

Ao longo deste artigo, apresentaremos formas e mecanismos de envolvimento e participação da comunicação socioambiental no gerenciamento de riscos de grandes empreendimentos, tais como oleodutos, gasodutos, implantação de rodovias, linhas de transmissão, entre outros.

Comunicação socioambiental e o gerenciamento de riscos

Posteriormente, quando o órgão ambiental autoriza a implantação do empreendimento (fase da licença de instalação), o profissional de comunicação é chamado para elaborar um plano de comunicação social para atingir as metas estabelecidas inicialmente no Programa de Comunicação Social.

Os planos têm o objetivo de implantar melhor comunicação com os públicos de interesse, ao apontar as formas como serão construídos os processos comunicacionais, bem como os mecanismos de ação e recepção dessas informações.

Esta comunicação socioambiental exige dos profissionais uma postura proativa, no sentido de antecipar problemas, tornar as práticas mais transparentes e se voltar às questões ambientais e de sustentabilidade, para que os desafios propostos sejam atendidos de forma efetiva, contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária (Soares, 2009, p. 31).

A comunicação socioambiental e de risco constitui medida mitigadora de impactos socioambientais que prevê ações diversas no sentido de informar e comunicar a população sobre os impactos da obra e os riscos envolvidos, gerenciando possíveis crises.

A orientação sobre a comunicação direcionada aos públicos de interesse parte do princípio da informação, ligado ao direito ambiental. Ou seja, todo cidadão tem o direito a ter informação sobre ações e danos que possam causar prejuízos a ele, à sociedade e ao meio ambiente. O grande destinatário das informações, no caso da implementação de um empreendimento considerado poluidor, é a população. Segundo publicação do DNIT:

Os Programas de Comunicação Social (PCS) possibilitam que as populações afetadas ou não saibam das principais ações do empreendimento por meio de boletins e panfletos informativos, divulgação de notícias em sites específicos das gestões, trabalhos de assessoria de imprensa, alocação de cartazes entre outros. (DNIT, 2013, p.21)

Ou seja, em grande parte dos empreendimentos lineares, como rodovias, ferrovias, oleodutos e gasodutos, os PCSs são mais informativos, além de servir de base e inter-relação com outros programas ambientais (educação ambiental, educação patrimonial etc.) que se relacionam diretamente com as pessoas.

Além do direito ambiental, a Constituição Federal também preconiza o direito à informação. Em seu art. 5º, no inciso XIV, prevê que “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário

ao exercício profissional”. Nesse mesmo sentido, o inciso XXXIII menciona que os cidadãos “têm direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral”.

Assim, é possível compreender as interfaces para o surgimento dos PCSs na área ambiental, já que não foi localizada diretriz, proposta pelos órgãos ambientais, que exigisse a implementação desse programa. Verifica-se, portanto, forte tendência ao cumprimento das legislações vigentes.

No entanto, sabemos que a comunicação não pode ser tratada apenas como informação. A comunicação vai além, estabelecendo vínculos e proporcionando interação social. Assim, deve-se priorizar uma comunicação socioambiental e de risco assertiva, que gere resultados concretos junto aos públicos de interesse.

Como afirma Certeau *apud* Rüdger (2011, p. 25):

A comunicação não é a informação, mas seu tratamento por uma série de operações, relacionada com a realização de objetivos e a interação social, num contexto de ação que é, ao mesmo tempo, estético (ao vincular a nosso desejo o material dado, reempregando-o à sua maneira), polêmico (ao apropriar-se das informações para apoderar-se de um saber, por mais parcial que seja), ético (ao restaurar um espaço de liberdade, defendendo a própria autonomia).

Não podemos esquecer que a comunicação é pautada nas relações e permeia todos os ambientes humanos. O próprio ato de comunicar define as relações sociais.

Como mencionam Amorim e Oliveira, “na complexidade do tempo vivido, é preciso transcender os não lugares, onde a comunicação é sinônimo de mera transmissão de informação, e nos situarmos no tenso espaço da confiança, do vínculo e das relações” (2015, p. 77).

Assim como a comunicação organizacional estratégica, a comunicação socioambiental e de risco deve ser entendida e articulada por meio da interação social, visando estabelecer com as comunidades canais efetivos de comunicação.

As mudanças econômicas e as alterações no planeta exigem das empresas um posicionamento diferente, principalmente no que se refere à comunicação social, ambiental e de riscos. A forma como as empresas comunicam seus atos, seus produtos, como se relacionam com a sociedade, seus públicos de interesse e etc., é fundamental para adquirirem o respeito da sociedade e do mercado.

Por isso a comunicação socioambiental e de risco deve preconizar aspectos de segurança, saúde, com o objetivo de estimular confiança, entre o afetado pelo empreendimento e o empreendedor, a empresa.

Os profissionais que fazem a comunicação linear ou não, em grandes empreendimentos, devem ter clara compreensão da sua função social nesses projetos e na sociedade, como aponta Miège (2000, p. 112):

A comunicação é um bem público, um caminho para efetivação da cidadania e da democracia, na qual as pessoas interagem, se posicionam e esse não é um privilégio dos comunicólogos e/ou comunicadores, pois, vivemos numa sociedade da comunicação.

Nesse sentido, não podemos esquecer a comunicação de risco, que, mesmo com suas especificidades, é um processo relacional, que necessita ser implementado para alterar a cultura do silêncio com relação ao risco.

Autores como Rinaldi e Barreiros afirmam que a comunicação de risco pode ser entendida como um processo de comunicação que auxilia os gestores em suas decisões em relação aos seus *stakeholders* – públicos de interesse. Além disso, tal estratégia é responsável por gerar um maior entendimento sobre o grau e a natureza dos perigos que ameaçam a organização.

A comunicação de risco é parte integrante do gerenciamento de riscos, cujo papel vai além de informar e mobilizar agentes para evitar grandes tragédias, mas promove a convivência com o risco que não pode ser totalmente anulado.

O gerenciamento de riscos é responsável por todo processo que envolve a prevenção dos riscos e dos perigos, e pode ser considerado como um conjunto de procedimentos e práticas organizacionais com o objetivo de estabelecer os contextos dos riscos, identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar os riscos associados (Renn *apud* Rinaldi e Barreiros, 2007, p. 140).

Ou seja, pensar na comunicação de riscos é apenas um dos passos que um empreendedor deve ter para gerenciar os riscos, pois, além disso, é preciso mobilizar outros agentes, que tenham especialidade no assunto e que possam apoiar diante de algum acidente, minimizando a ocorrência de desastres.

Nos empreendimentos lineares, os riscos são eminentes e podem ser diversos durante a fase de construção de uma obra, tal como rodovias, ferrovias ou gasodutos: riscos com acidentes, quedas e derramamentos de materiais, acidentes com máquinas etc. Podemos afirmar que a cada etapa da obra também existem riscos atrelados, riscos que são gerenciáveis, mas existem. Para as populações do entorno, que convivem com estes grandes empreendimentos, é necessário conhecer para prevenir, para que possam conviver com os riscos e minimizar a possibilidade de acidentes. Como observam Lash e Wynne, “os riscos físicos são sempre criados e originados no sistema social, neste estão incluídas as instituições e organizações que supostamente controlariam os riscos, de modo que sua magnitude depende da qualidade de relações e processos sociais” (1992, p.2).

Para os autores, controlar seus riscos é responsabilidade das organizações, ou seja, do empreendimentos, pois, de acordo com as relações construídas, a magnitude de um acidente poderá ser maior ou menor. As empresas têm o dever

de treinar, informar e capacitar suas partes interessadas.

E diante da crise, a comunicação deve ser uma das áreas a se envolver, mas não a única. Segundo Sapriel, “[...] a gestão da crise primeiramente não é mais função do departamento de comunicação corporativa. A gestão da crise precisa de uma custódia corporativa que assegure que planos e habilidades sejam atualizados durante a sua organização” (2003, p.348).

Isto quer dizer que a comunicação deve estar atrelada às demais áreas da organização, contribuindo com todos os processos, e apoiando com técnicas e ferramentas de disseminação de informações.

A comunicação, em primeiro lugar, tem que ser entendida como parte inerente à natureza das organizações. Estas são formadas por seres humanos que se comunicam entre si e que, por meio de processos interativos, viabilizam o sistema funcional. Só assim elas conseguirão sobreviver e atingir seus objetivos num contexto de diversidades e de transações complexas. Sem comunicação as organizações não existiriam (Kunsch, 2006, p. 25).

Por isso, a comunicação socioambiental e de risco é fundamental, anterior aos danos ou acidentes, pois é preciso pensar, inclusive nos problemas que extrapolam os “muros da organização”, para saber lidar com eles. No caso de empreendimentos lineares, isso se torna ainda mais crítico, pois os projetos ocorrem normalmente em áreas abertas, de domínio público, atravessando diferentes comunidades, paisagens e condições ambientais, e, em alguns casos, diferentes cidades e até estados.

Para todos os casos, ações preventivas geram menos prejuízos e, por vezes, podem trazer ganhos. A equipe de comunicação pode mobilizar os diversos públicos, identificando para uma avaliação da organização os públicos principais, os mais expostos, por exemplo. Para que seja efetivo, em caso de acidentes, esse processo deve ser transdisciplinar.

No caso de comunidades com risco de serem afetadas, deve-se mapear lideranças, ouvindo e avaliando o histórico dos moradores, afinal, cada comunidade tem sua especificidade e convive em determinada região.

Nesse sentido, fica evidente a importância da comunicação, no processo de prevenção ou reação diante de crises. Para Coombs e Holladay, “se a crise afetar a reputação da empresa, aconselha-se a formação de uma equipe profissional específica para planejar e desenvolver uma estratégia de comunicação que forneça informações confiáveis a todos os públicos” (2002, p. 165).

Outro fator preponderante na comunicação de risco é a confiança, pois ela deve permear as relações com todos os públicos desde o início do processo, provendo de conforto e segurança a população em questão. A comunicação é decisiva no que se refere à prevenção, preparação e reparo ao desastre causado.

E quando a comunicação é efetiva, ela mobiliza as pessoas e difunde informações que podem salvar vidas.

Nesse sentido, algumas empresas e empreendimentos executam ações que visam o planejamento de forma mais estruturada e eficaz diante de crises. A seguir, descrevemos alguns passos que podem ser utilizados para estabelecer a comunicação de riscos em empreendimentos lineares e que possuem comunidades em seu entorno:

- Identificar os planos municipais de defesa civil que possam ser acionados em caso de emergência, em seguida, analisar a necessidade de incrementos nesses planos frente ao porte do empreendimento;
- Criar comitês comunitários de emergência, treinando e capacitando agentes da comunidade;
- Periodicamente promover encontros com os representantes do comitê, defesa civil e outros órgãos parceiros;
- Promover simulados junto com a comunidade;
- Estabelecer canais de comunicação e fluxos de comunicação de emergência.

Outras ações podem e devem ser implementadas, visando criar mecanismos e procedimentos para que os riscos sejam gerenciados antes que se tornem crises. Utilizar meios de comunicação como internet, mídias sociais e imprensa - ferramentas que precisam ser incorporadas ao processo de comunicação de risco. Para Bueno, “a imprensa cobra transparência no que se refere à divulgação de fatos e penaliza, com seu espírito crítico aguçado, as organizações que se omitem ou dissimulam a verdade, o que costuma acontecer particularmente em situações de crise (2003, p.105).

Os profissionais de comunicação socioambiental e de risco devem ver a imprensa e outros meios de comunicação como aliados no processo de gerenciamento de riscos. Esta interação com os diversos públicos de interesse vai fazer com que a organização ou o empreendimento em foco cumpra minimamente sua função social e, em caso de algum acidente ou dano, a empresa poderá minimizar os impactos em sua imagem e reputação.

É fundamental que o empreendedor ou a empresa que está diante do compromisso de gerenciar riscos encare-o com transparência e assuma o seu papel nas tomadas de decisão – base da comunicação de riscos, conforme a definição do conceito pelo *National Research Council*, de 1989:

A Comunicação de Risco é um processo de interação e intercâmbio de informações entre os indivíduos, grupos ou instituições sobre ameaças à saúde, à segurança ou ao ambiente, com o propósito de que a comunidade conheça os riscos aos quais está exposta e participe na sua solução. Teoricamente esse processo é intencional e permanente (apud Palencar, 2008, p.2)

Sendo assim, ao comunicar os riscos, automaticamente será proporcionada maior interação entre a organização e seus públicos de interesse.

Quanto mais informados e engajados em relação ao gerenciamento de riscos, mais aptos esses agentes estarão para enfrentar possíveis adversidades. Conseqüentemente, isso aumentará a confiança no empreendimento e na organização.

O trabalho preventivo pode melhorar a reputação do empreendedor que, no caso de uma emergência, saberá lidar de forma eficaz, minimizando danos à sua imagem. Segundo Giddens, “risco e confiança se entrelaçam, a confiança normalmente servindo para reduzir ou minimizar os perigos aos quais estão sujeitos tipos específicos de atividade” (1991, p. 42).

Referências

- AMORIM, L.R., OLIVEIRA, R.F. O lugar da comunicação estratégica relacional nas organizações educacionais. In: WELS, A. et al. **De qual comunicação estamos falando?** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. p. 68-79
- COOMBS, W. T; HOLLADAY, S. **Helping crisis managers protect reputational assets.** Management Communication Quarterly: McQ. Thousand Oaks. V 16, n 2, nov. 2002
- Dias, E. G. C. S., SÁNCHEZ, L. E. (2001). Deficiências na implementação de projetos submetidos à avaliação de impacto ambiental no Estado de São Paulo. **Revista de Direito Ambiental**, 6 (23), 163-204.
- GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade.** São Paulo: UNESP, 1991.
- KUNSCH, M. **Comunicação Organizacional: complexidade e atualidade.** Revista Novos Olhares. Ed. 18. 2º semestre de 2006.
- LASH, S., WYNNE, B. Introduction. In: Beck U. **Risk Society – Toward a New Modernity.** (Theory, Culture and Society Series). London: Sage Publication; New Delhi: Thousand Oaks; 1992.
- MARCHIORI, M; LOURENÇO, M. **A prática da comunicação de risco nas organizações.** Facesi em Revista, Paraná, Ano 4 – Volume 4, edição especial – 2012.
- MIÈGE, B. O Pensamento Comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2000.
- OMENA, M.L.R.A., SANTOS, E.B. Análise da efetividade da Avaliação de Impactos Ambientais – AIA – da Rodovia SE 100/Sul-Sergipe. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional.** 4 (1), 2008, p. 221-237.
- PALENCAR, M. J. **Risk Communication and community right to know: a public relations obligation to inform.** 2008. School of Advertising and Public Relations Publications and Other Works. http://trace.tennessee.edu/utk_advepubs/1 - acesso em 20/04/2016.
- RINALDI, A. e BARREIROS, D. **A importância da comunicação de riscos para**

- as organizações.** Revista ORGANICOM – Ano 4, nº 6, 1º Semestre 2007.
- RÜDIGER, F. **As Teorias da Comunicação.** Porto Alegre: Penso, 2011.
- SÁNCHEZ, L.H. **Avaliação de Impacto Ambiental: Conceitos e Métodos.** São Paulo: Oficina de Textos, 2008.
- SAPRIEL, C. **Effective crisis management: tools and best practice for the new millennium.** Journal of Communication Management. London. v. 7, n 04, 2003.
- SMITH, V.P.B. Comunicação socioambiental: bases teóricas e aplicação nas práticas de responsabilidade social e sustentabilidade das organizações. In: **VI Encontro Nacional da Anppas**, 18 a 21 de setembro. Anais. Belém: 2012.
- SOARES, A.T. Comunicação e sustentabilidade na construção de uma nova visão de mundo. In: KUNSCH, M.; OLIVEIRA, I.L. (Orgs.). **A Comunicação na gestão da sustentabilidade das organizações.** São Paulo: Difusão Editora, 2009